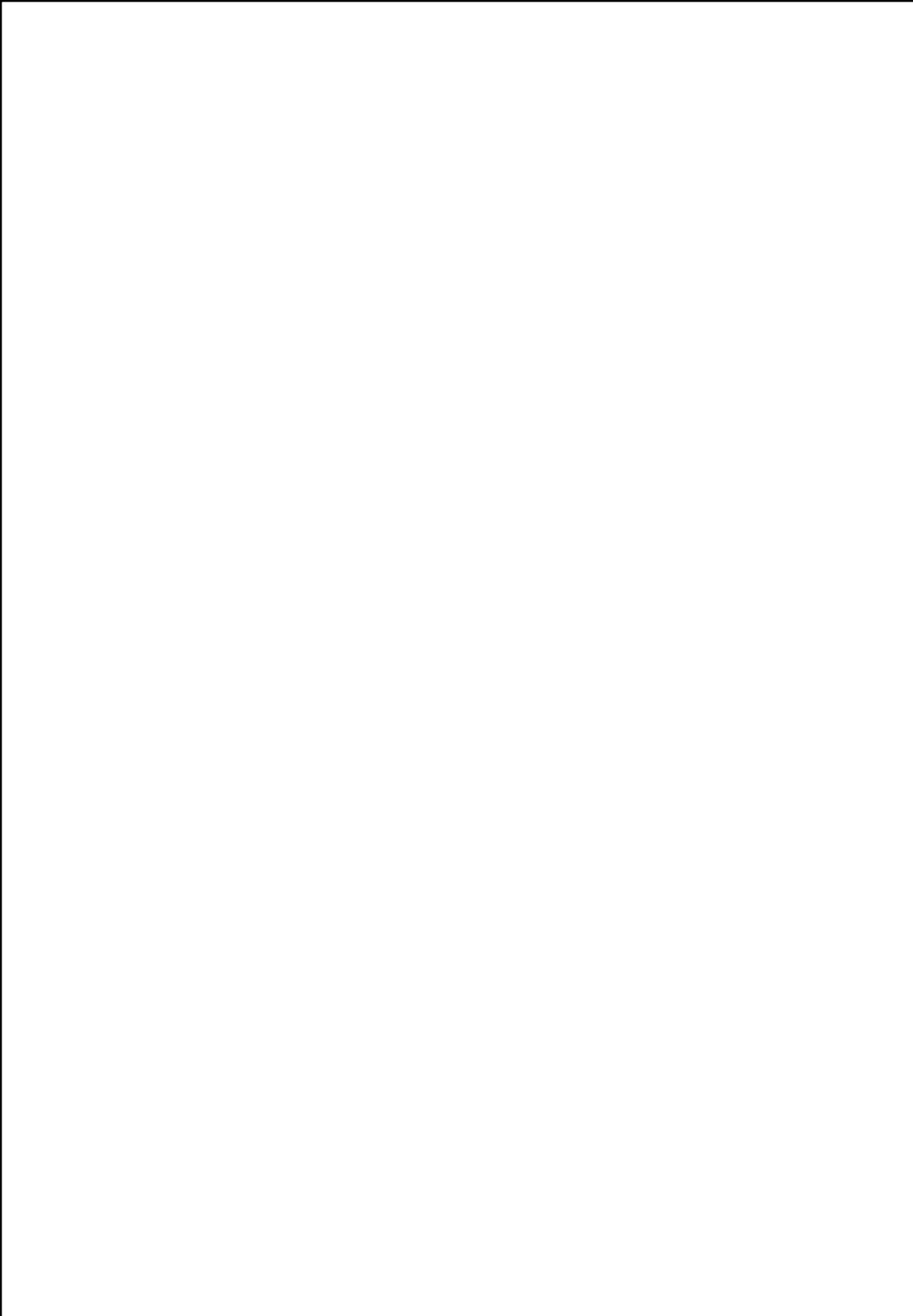




# Resumos de dissertações



## MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Título:** Competências gerenciais dos pró-reitores em uma instituição de ensino superior: um estudo de caso na Universidade Federal de Viçosa

**Autora:** Daniela Cristina da Silveira Campos

**Orientador:** Adriel Rodrigues de Oliveira

**Data da defesa:** 14/02/2007

Tendo em vista a utilidade do conceito de competências gerenciais no contexto da administração universitária, este estudo foi conduzido para identificar as competências gerenciais necessárias aos Pró-Reitores da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Simultaneamente, buscou-se fazer um levantamento de documentos relacionados à função de Pró-Reitor na UFV, assim como descrever a função de Pró-Reitor, identificar a percepção dos sujeitos sociais da pesquisa sobre a natureza do exercício da função de Pró-Reitor, além de identificar as demandas que esta função recebe de seu ambiente de trabalho, ou seja, o desdobramento dessas demandas em competências gerenciais necessárias aos Pró-Reitores. Acredita-se que o mapeamento das competências gerenciais representou uma tentativa de refletir sobre a capacitação para exercer papéis gerenciais na administração universitária, que tem sido intitulada de amadora. Procedeu-se a uma revisão bibliográfica sobre o assunto e, posteriormente, a entrevistas semiestruturadas com dois grupos escolhidos em uma amostragem por conveniência. O primeiro grupo (A) foi composto de professores que exerceram a função de Pró-Reitor na UFV, e o segundo grupo (B) foi formado por subordinados dos Pró-Reitores. As

verbalizações dos entrevistados foram analisadas utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo, trechos importantes foram destacados, tendo surgido, então, as categorias de análise. As interpretações foram feitas contrapondo trechos dos relatos dos entrevistados com a literatura e com dados secundários coletados. Verificou-se que, na UFV, não consta nos documentos encontrados a descrição de competências necessárias ao Pró-Reitor. Foram apuradas, por meio das entrevistas, as atribuições não previstas do Pró-Reitor, que se referem, na maioria dos casos, a atividades ligadas à interação com os membros da comunidade acadêmica. Segundo os entrevistados, o gerenciamento dos conflitos entre os funcionários é inerente à função de Pró-Reitor, sendo uma importante atribuição, pois esses conflitos podem afetar o cumprimento de objetivos e projetos organizacionais. Os entrevistados ressaltaram que o Pró-Reitor não deve ser apenas um burocrata que segue mecanicamente as normas impostas pelo aparato legal da Instituição. Os atributos de competência necessários a um Pró-Reitor, comumente citados pelos grupos A e B, foram: capacidade política, comunicação, conhecimento da estrutura organizacional, criatividade, espírito institucional, experiência profissional na Instituição, liderança, relacionamento interpessoal, tomada de decisão, trabalho em equipe e visão sistêmica. Além destes atributos, os entrevistados do grupo A ainda citaram: administração do tempo, humildade, pró-atividade, planejamento e saber administrar os recursos financeiros. Os entrevistados do grupo B citaram, além daqueles atributos, o comprometimento, a necessidade de

conhecer técnicas gerenciais, além da iniciativa. Percebeu-se que esses atributos de competência representam padrões de comportamento dos dirigentes, aceitos pela comunidade acadêmica, que garantem a permanência de um indivíduo na função de Pró-Reitor. Os aspectos políticos relacionados à função de Pró-Reitor na UFV contribuem para a crença de que a criação de uma cultura de treinamento dos dirigentes na Instituição seja desnecessária. Diante da ausência de aspectos técnicos referentes aos atributos de competências gerenciais nos relatos dos entrevistados, sugere-se que os resultados desta pesquisa sejam utilizados como base para treinamentos gerenciais que devem acrescentar em seu conteúdo, além das experiências dos entrevistados como dirigentes, o estudo do significado e as ferramentas relacionadas a cada atributo de competência gerencial de um Pró-Reitor.

**Título:** Autoavaliação institucional no ensino superior: uma análise comparativa do processo realizado em uma instituição pública e em uma instituição privada

**Autora:** Tereza Cristina Dias

**Orientador:** José Roberto Reis

**Data da defesa:** 05/02/2007

A autoavaliação institucional possibilita o autodesenvolvimento, a autocrítica e a aprendizagem organizacional, sendo uma oportunidade para os gestores da instituição reverem suas políticas e ações e se posicionarem no sentido de desenvolver as potencialidades e sanar as fragilidades diagnosticadas neste processo. Considerando-se a importância deste tema no contexto das instituições de ensino superior brasileiras e a escassez de

estudos científicos nesta área, a presente dissertação tem por objetivo realizar uma análise comparativa das características da autoavaliação entre uma instituição de ensino superior pública e uma instituição privada. Especificamente, realizou-se um levantamento sobre o histórico da avaliação institucional da Universidade Federal de Viçosa (UFV), bem como dos instrumentos de autoavaliação institucional utilizados pelas Faculdades Integradas Espírito-Santense (Faesa), tendo se centrado no processo atual de autoavaliação das duas instituições. Identificou-se a percepção da comunidade acadêmica em relação ao processo de auto-avaliação nestas instituições, visando a comparar as características deste processo. Também para atender aos objetivos propostos, fez-se uma revisão bibliográfica, foram aplicados questionários aos segmentos da comunidade acadêmica e realizadas entrevistas semiestruturadas com os membros das Comissões Próprias de Avaliação. Os dados obtidos com os questionários foram tratados pelo Microsoft Excel e as entrevistas analisadas por meio da técnica Análise de Conteúdo. Pôde-se concluir ao final do trabalho que as duas instituições realizaram, anteriormente, avaliações pontuais, contudo, não praticavam, no dia a dia, a autoavaliação institucional. Assim, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) representa uma metodologia inédita de autoavaliação para essas instituições. A análise deste processo, inserido na realidade das instituições de ensino superior consideradas, permitiu concluir que a auto-avaliação, apesar de ser uma exigência legal, é bem vista por seus condutores e por uma parte expressiva da

comunidade acadêmica das instituições. Em se tratando da percepção da comunidade acadêmica destas instituições, pode-se inferir que a principal diferença entre elas está relacionada à expectativa quanto ao retorno dos resultados deste processo. Na UFV, parte expressiva da comunidade não deposita esperança em resultados satisfatórios, mesmo que muitos tenham a consciência de que a experiência foi válida. No caso da Fasesa, as expectativas são positivas, porque o processo já se encontra apresentando retorno para a comunidade. Em relação às características do processo de autoavaliação em ambas as instituições, pôde-se verificar que variaram conforme a natureza destas instituições e de acordo com o perfil institucional e acadêmico de suas comunidades. Algumas sugestões foram feitas como: maior sensibilização da comunidade acadêmica e da comunidade externa para os próximos processos avaliativos; divulgação dos resultados deste diagnóstico, que é fundamental para que a comunidade acredite neste tipo de instrumento; e discussão com a comunidade acadêmica a respeito de possíveis soluções para as fragilidades identificadas ao final do processo e otimização de seus pontos fortes.

**Título:** Descentralização da saúde: análise das disparidades regionais em Minas Gerais

**Autora:** Maria Del Pilar Salinas Quiroga Soria Galvarro

**Orientadora:** Rosa Maria Olivera Fontes

**Data da defesa:** 05/03/2007

Desde 1988, as políticas públicas

de saúde no Brasil orientam-se conforme a Constituição Federal, promulgada nesse ano, com base nos princípios de universalidade e equidade no acesso a ações e serviços, bem como nas diretrizes de descentralização da gestão, de integralidade do atendimento e de participação da comunidade na organização do Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional. Tal processo de reforma demandou formulações teóricas e iniciativas governamentais e da sociedade civil para sua implementação. Esses desafios já estão institucionalizados no conjunto de princípios e diretrizes do SUS, que, desde sua regulamentação em 1990, tem passado por diversas transformações, entre elas a descentralização, regionalização e hierarquização dos serviços de saúde, a fim de reduzir as desigualdades geográficas e sociais no acesso a esses serviços. Nesta pesquisa, pretendeu-se avaliar se as mudanças ocorridas após a descentralização das políticas públicas de saúde, que deveriam aperfeiçoar a gestão dos serviços de saúde no Brasil e a própria organização do sistema, realmente amenizaram as desigualdades nesse setor. A metodologia que deu suporte aos objetivos deste trabalho baseou-se na análise fatorial, análise de agrupamento e construção do Índice de Saúde. Visando a identificar os fatores que representam os serviços de atenção básica à saúde e à infraestrutura municipal, aplicou-se a análise fatorial, agrupando as variáveis com alto grau de correlação entre si, sendo obtidos quatro fatores: Infraestrutura Sanitária (F1), Cobertura Vacinal (F2), Assistência Hospitalar (F3) e Investimento em Saúde (F4), fatores que refletem a situação da saúde nos diversos municípios, no período de

2000 a 2004. Com o objetivo de identificar grupos homogêneos, efetuou-se a análise de clusters, que permitiu agrupar os municípios pelo seu desempenho. Finalmente, com os escores fatoriais construiu-se o Índice de Saúde, que possibilitou hierarquizar e identificar desigualdades no acesso aos serviços públicos de saúde, bem como tipificar e agrupar as cidades com relação às condições de saúde, oferecendo maior compreensão das disparidades intermunicipais. As principais contribuições deste trabalho foram agrupar os municípios em relação ao seu desempenho, segundo os fatores que representaram as 14 variáveis consideradas neste estudo, o que revelou enormes contrastes em relação ao acesso que a população tem à atenção básica à saúde e quanto à infraestrutura dos municípios. Geralmente, os municípios com maior poder econômico apresentam melhor desempenho, segundo o Índice de Saúde aqui calculado, o que indica que o processo de descentralização não tem contribuído para minimizar as disparidades regionais no acesso aos serviços públicos de saúde no Estado, onde ainda prevalecem fortes contrastes inter e intrarregionais.

**Título:** A política de treinamento dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa na percepção dos treinados e dos dirigentes da instituição

**Autora:** Elenice Maria de Magalhães

**Orientador:** Adriel Rodrigues de Oliveira

**Data da defesa:** 15/02/2007

A partir da década de 90, têm-se verificado ações no setor público brasi-

leiro, no sentido de modificar sua atuação perante a sociedade. Em um contexto de reformas, que tem como propósito melhorar a prestação de serviços à sociedade, a área de recursos humanos torna-se essencial, pois são as pessoas que colocam em prática tais mudanças. Uma política de recursos humanos imprescindível para o êxito das reformas é o treinamento, que possibilita a capacitação do funcionário para um melhor desempenho na prestação de serviços aos cidadãos. Portanto, este trabalho teve como propósito identificar o modo como o treinamento dos Servidores Técnico-Administrativos (STA) influencia a realização das atividades na Universidade Federal de Viçosa (UFV), na percepção dos treinados e dos dirigentes da Instituição. Especificamente, pretendeu-se identificar os efeitos do treinamento para a Instituição e para o treinado, averiguar se existe algum tipo de avaliação dos treinados e identificar os seus efeitos sobre o desempenho das atividades. As informações, para atendimento aos objetivos propostos, foram obtidas em uma revisão da literatura sobre o assunto, visita à Diretoria de Recursos Humanos da UFRV, aplicação de um questionário a todos os servidores técnico-administrativos que fizeram treinamento e entrevistas com alguns treinados e dirigentes da Instituição. Os dados foram analisados utilizando-se um programa estatístico para os questionários e análise de conteúdo para as entrevistas. Quanto aos resultados, verificou-se que existem diversos fatores que interferem no processo de treinamento, contribuindo para resultados positivos e negativos, dependendo de cada situação específica. Foi constatado que a falta de uma política de aperfeiçoamento formali-

zada e a legislação contribuem para esta realidade. No que se refere aos resultados para o treinado, em termos pessoais, na maioria das vezes são satisfatórios e atenderam às suas expectativas. No caso da UFV, existem situações em que o treinamento traz resultados positivos para a Instituição, quando o técnico consegue aplicar, no seu trabalho, os conhecimentos adquiridos. Por outro lado, os resultados podem ser negativos, quando os STA não conseguem utilizar os novos conhecimentos em suas atividades, seja por falta de relação entre a área em que fez o aperfeiçoamento ou pela própria dificuldade da Instituição em criar meios para aproveitar os novos conhecimentos do treinado. Como o processo não é bem estruturado, não existe um planejamento para as atividades de treinamento, nem mesmo uma avaliação do STA que o fez. Dentre as sugestões para melhorar este processo, foram citadas a necessidade de uma política de treinamento institucionalizada na UFV e a mudança na legislação, no sentido de permitir uma carreira que apresente mais estímulos ao treinamento.

**Título:** Custo do ensino de graduação em instituições federais de ensino superior: o caso da Universidade Federal de Viçosa

**Autora:** Elizete Aparecida de Magalhães

**Orientadora:** Suely de Fátima Ramos Silveira

**Data da defesa:** 05/02/2007

A educação é fator-chave no desenvolvimento social e econômico do País, porém os recursos públicos aplicados para este fim são escassos para atender à demanda da sociedade. Esta, responsável por parte de seu provimento, tem

também o direito de exigir eficiência na aplicação dos recursos. Considerando estes aspectos, o presente estudo teve como objetivo apurar o custo por aluno no ensino de graduação da Universidade Federal de Viçosa (UFV), em 2004. Especificamente, pretendeu-se determinar as variáveis que compõem o custo do ensino, identificar e mensurar as variáveis em cada centro de custos e identificar as variáveis que melhor explicam o comportamento do custo por aluno. As informações e os dados, para atender a estes objetivos, foram obtidos por meio de revisão de literatura, análise de documentos como estatutos, relatórios contábeis e relatórios gerados pela Central de Processamento de Dados da Instituição. O tratamento dos custos obedece à sistemática do custeio por absorção e ao regime de competência. Por entender que na UFV as atividades de pesquisa e extensão são importantes para a qualidade do ensino, os custos dessas atividades foram agregados ao custo do ensino na apuração do custo por aluno de graduação. Observou-se que o custo do ensino de graduação correspondeu a 39,08% das despesas orçamentárias neste período, sendo que, deste valor, 71,14% referem-se a gastos dos departamentos com pessoal. O custo médio por aluno, apurado para o ano de 2004, foi da ordem de R\$ 8.965,91 (US\$ 3.064,31 de 2004). O custo por aluno dos departamentos variou de R\$ 3.948,59 (US\$ 1.349,52 de 2004) a R\$ 17.022,79 (US\$ 5.817,93 de 2004). O Curso de Zootecnia foi o mais elevado, enquanto o Curso de Matemática apresentou o menor valor. As variáveis que mais influenciaram o valor do custo por aluno, foram o número de matrículas, de

bens móveis, assim como a quantidade de docentes e servidores técnico-administrativos. A mensuração de custo por aluno da UFV supre a necessidade de informações da Instituição, contribuindo para o uso eficiente dos recursos públicos pela Universidade, servindo de subsídio para avaliação de desempenho e para o planejamento orçamentário. Além disso, fornece orientação quanto ao modo como a Instituição pode se expandir sem onerar o custo, bem como a melhor forma de aproveitamento da sua estrutura física.

**Título:** A influência da lei de responsabilidade fiscal na gestão das contas públicas dos municípios da Zona da Mata Mineira

**Autor:** Alan Frederico Botelho Natalino

**Orientador:** Walmer Faroni

**Data da defesa:** 28/02/2007

Esta dissertação foi realizada a fim de analisar a influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) na gestão das contas públicas, nos municípios da Zona da Mata Mineira, sob a ótica da accountability. Para tanto, analisaram-se todas as contas dos 141 municípios desta região (exceto Juiz de Fora) em uma série temporal, visando a identificar os quatro pilares da LRF: Controle, Planejamento, Responsabilização e Transparência. Além disso, foram realizadas seis entrevistas com agentes públicos dos municípios selecionados, visando a aprofundar as evidências sobre esses mesmos pilares da LRF. Por meio de um estudo estatístico das contas públicas e uma análise de conteúdo das entrevistas, constatou-se que a configuração

institucional produzida por esta lei não foi capaz de influenciar o modo de gestão das contas públicas pelos administradores, mas foi suficiente para marcar a LRF como instituto introdutório da accountability no País. Observam-se avanços, como: aumento da arrecadação, incentivo ao treinamento do corpo de funcionários, utilização das ferramentas de planejamento (PPA, LDO, LOA) e publicação e divulgação das contas públicas. Entretanto, ocorreram maior endividamento dos municípios, negligência na composição dos dispêndios com educação e saúde, baixo aproveitamento dos canais de comunicação com a sociedade, sinais da permanência da cultura do patrimonialismo, além de permanência do tradicional costume dos prefeitos brasileiros de repassarem dívidas para o próximo mandato.

**Título:** Esforço fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata de Minas Gerais

**Autor:** Charles Okama de Souza

**Orientador:** Orlando Monteiro da Silva

**Data da defesa:** 16/02/2007

O presente estudo teve por objetivo identificar o esforço de arrecadação tributária e a alocação de recursos diante dos repasses do Fundo de Participação Municipal (FPM) e da Cota Parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (CPICMS), destinados aos municípios da região da Zona da Mata de Minas Gerais. Para atingir o propósito do trabalho, o procedimento de análise consistiu de quatro etapas. Na primeira etapa, analisou-se a estrutura de composição das receitas municipais, em

termos percentuais (composição das transferências e das receitas locais em relação ao total de recursos municipais) e em termos per capita (valores nominais de cada variável divididos pela população correspondente a cada município). Na segunda etapa, procurou-se estimar o grau de dependência dos municípios em relação às transferências intergovernamentais, utilizando regressão com dados em painel. Na terceira etapa, mensurou-se o esforço de arrecadação municipal, por meio de indicadores de eficiência tributária, estimados a partir da abordagem DEA – Data Envelopment Analysis. Na última etapa, foram avaliadas a composição e a destinação das despesas per capita dos municípios, utilizando as análises tabular e gráfica. Identificou-se que os municípios possuem forte dependência financeira em relação às transferências intergovernamentais, principalmente o FPM, e que é baixa a arrecadação dos tributos municipais. Quanto à CPICMS, não existe tendência clara na distribuição dessa transferência entre os municípios. Os índices de eficiência tributária indicaram que os municípios podem melhorar a arrecadação local. Além disso, observou-se que os municípios com maiores recursos de transferências em seus orçamentos apresentaram os menores escores de esforço fiscal. Com relação às despesas municipais per capita, constatou-se que os gastos sociais são responsáveis pelos maiores comprometimentos de recursos dos municípios estudados, principalmente aqueles cuja população está abaixo de 5.000 habitantes. Os aspectos levantados neste estudo devem ser levados em consideração quando o debate recai sobre os mecanismos de redistribuição de recursos, no

sentido de minimizar as diferenças socioeconômicas entre os municípios.

## MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

---

**Título:** A política de atendimento nas instituições de educação infantil públicas do município de Viçosa-MG: entre a realidade e as proposições legais e teóricas

**Autora:** Andresa Lima Bastos

**Orientadora:** Maria de Lourdes Mattos Barreto

**Data da defesa:** 28/02/2007

Contínuas mudanças sociais, econômicas e culturais têm provocado transformações na dinâmica e organização das famílias e na educação das crianças de até seis anos de idade, em todas as camadas sociais. Cada vez mais a educação e o cuidado na primeira infância são tratados pelo governo, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e por um número crescente de países em todo o mundo. Na década de 1990, várias foram as mudanças ocorridas na legislação brasileira definindo a garantia de atenção às crianças de zero a seis anos. Esta pesquisa se propôs analisar de que forma a política de Educação Infantil proposta pelo Estado é efetivada pela Secretaria Municipal de Educação do município de Viçosa – MG e como o município tem implementado a legislação e os parâmetros de qualidade no cotidiano das Instituições de Educação Infantil sob sua responsabilidade, tentando identificar possíveis contradições entre as proposições legais e a realidade destas instituições. Como recorte empírico, foram tomadas as Instituições de Educação Infan-

til públicas urbanas do município de Viçosa – MG. O objetivo geral foi analisar a realidade da Educação Infantil pública do Município de Viçosa – MG, confrontando a realidade da Educação Infantil do município com a legislação vigente e com os parâmetros de qualidade definidos para o estudo. A população do estudo constituiu-se das Instituições de Educação Infantil Públicas Municipais da cidade de Viçosa – MG, sendo a amostra constituída de oito Instituições de Educação Infantil Públicas Municipais, localizadas na zona urbana, nas modalidades creche e pré-escola. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, observações *in loco* e análise documental. Pôde-se constatar que a realidade da Educação Infantil municipal em Viçosa não se encontra totalmente em consonância com a legislação e com os parâmetros de qualidade propostos para o estudo. Mesmo que a Educação Infantil oferecida pelo município tenha realizado muitas conquistas até o presente momento, considerando-se que a educação, em todas as suas modalidades de ensino, enfrenta dificuldades diversas, o estudo revelou uma situação dinâmica, com importantes mudanças introduzidas, mas ainda contraditórias em relação a efetivações concretas.

**Título:** Família, redes sociais e empoderamento: uma análise no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Ubá/MG

**Autora:** Meirelaine Marques Gasparoni

**Orientadora:** Maria das Dores Saraiva de Loreto

**Data da defesa:** 27/04/2007

O poder público, maior responsá-

vel pela definição de estratégias capazes de produzir equidade e usufruto dos direitos sociais, tem conduzido a gestão das políticas públicas sociais, que se configuram na prática por meio de programas e projetos sociais. Entretanto, esses programas, por sua natureza minimalista, imediatista e descontínua, não têm conseguido promover a emancipação e a inclusão social, ou seja, nem sempre o discurso se efetiva na realidade prática. Nesse sentido, a presente pesquisa centrou-se na reflexão dos princípios orientadores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), à luz dos dados obtidos no seu cotidiano. Especificamente, objetivou-se analisar a dinâmica do funcionamento desse Programa, considerando suas redes locais, destacando se suas ações têm proporcionado um ambiente favorável para o empoderamento parental. Para tanto, foram utilizadas pesquisas documentais e bibliográficas, além de entrevistas semiestruturadas com a liderança socioinstitucional do Peti, as famílias, as crianças e os adolescentes. Fez-se opção pela análise de conteúdo para avaliação dos dados. Constatou-se a inexistência de uma proposta estratégica adequada para promoção da inclusão social das famílias do Peti de Ubá-MG, por meio de atividades socioeducativas e do desenvolvimento de ações geradoras de emprego e renda. Outros problemas foram identificados no decorrer da implementação do Programa, mas o principal foi a falta de percepção dos gestores locais da importância e da necessidade do estabelecimento de parcerias e convênios, bem como do fortalecimento dos vínculos já estabelecidos para garantir a efetividade dos três eixos norteadores do Peti. Nes-

se sentido, pôde-se concluir que o empoderamento ocorreu, porém de forma restrita, uma vez que se mantêm as relações de dependência e subordinação das unidades familiares pela falta de oportunidades de capacitação e de geração de renda, capazes de torná-las proativas, quanto ao senso de controle sobre suas vidas e ao aumento das liberdades.

**Título:** Entre meninos e meninas: marcas de gênero e recortes de classe nos jogos e brincadeiras infantis na periferia de Viçosa - MG

**Autora:** Tatiane de Oliveira Pinto

**Orientadora:** Maria de Fátima Lopes

**Data da defesa:** 30/03/2007

A investigação apresentada nesta dissertação traz a reflexão sobre a construção social de gênero na esfera da infância, enfatizando o contexto das brincadeiras entre meninos e meninas no espaço da rua. Buscou-se analisar o modo como essas crianças se relacionam, visando a interpretar o conjunto de manifestações culturalmente construídas e generificadas. O universo da pesquisa foi composto por crianças com faixa etária entre sete e treze anos, moradoras de dois bairros populares da cidade de Viçosa – MG. A investigação se deu a partir de uma perspectiva etnográfica, e a pesquisa recorreu à observação direta. Durante o trabalho de observação, percebeu-se uma ‘linha divisória’ entre grupos de meninos e meninas, indicando que estes compreendem seus ‘papéis’ sociais e de gênero como distintos, por meio de suas representações que expressam masculinidades e feminilidades. Enquanto brincam, as crianças apresentam uma

segregação tanto dos espaços ocupados como de suas ações e seus corpos. Nas brincadeiras de e para meninos, há, além de uma afirmação da masculinidade, uma disputa por ela. Num outro extremo, as meninas, muito menos frequentes nos espaços da rua que os meninos, sintetizam suas brincadeiras ao universo cotidiano, na representação de papéis familiares e/ou de vizinhança. A interação pelo conflito pode ser considerada uma forma de meninos e meninas interagirem num mesmo espaço. Em brincadeiras e jogos mistos, ainda que façam parte da mesma equipe, as crianças se dispõem separadamente, em oposição. Muito do que as crianças representam sobre o que é socialmente aceito para meninos e meninas tem origem no que elas entendem como próprios ou não a cada um, ou seja, as crianças se constroem como ‘meninos-homens’ e ‘meninas-mulheres’, a partir das concepções do que é proibido ou tolerado para cada um dos sexos.